



No início dos anos setenta, ministros e chefes de Estado participavam das reuniões da Opep, enquanto o Egito tentava retomar territórios de Israel

Dívida brasileira disparou nos últimos 20 anos ²⁶³

GEORGE VIDOR

O Brasil a toda hora é obrigado a sentar à mesa mais uma vez com os credores para renegociar a dívida externa, que vence até o final da década. Além de prazos de pagamento mais dilatados, o País deseja agora se ver livre das fortes amarras dos juros. Pelos contratos que estão em vigor, quase 70% da dívida brasileira de médio e longo prazo ficaram atrelados às taxas do mercado internacional, que variam não conforme os entendimentos de credores e devedores, como se possa pensar, mas sim de acordo com as políticas econômicas dos países ricos.

Se o déficit americano aumenta, maior é a necessidade dos Estados Unidos de lançar títulos. E isto faz com que todo o mercado eleve a taxa de juros. A poupança é sempre uma só e disputá-la com um gigante como o Tesouro dos Estados Unidos certamente não é nada cômodo.

O Brasil começou a se endividar junto aos bancos internacionais particulares somente por volta de 1967. Até então, a maior parte da dívida contraída pelo Brasil após a II Guerra Mundial havia sido contratada junto a governos, bancos oficiais dos países ricos e organismos internacionais, tipo Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fundo Monetário Internacional (FMI), todos órgãos criados a partir de 1945 para financiar o desenvolvimento de países mais pobres. O Governo americano, por exemplo, tinha linhas de crédito especiais para o Brasil comprar trigo ou máquinas, a taxa de juros fixa.

Depois de 1967, o Brasil passou a recorrer com maior intensidade aos bancos particulares, beneficiando-se de um mercado que começava a surgir na Europa, em função do grande volume de dólares que os americanos passaram a injetar no mundo devido, entre outras coisas, à Guerra do Vietnã. Havia dólares de sobra e países "emergentes", como o Brasil, passaram a buscá-los com

grande interesse. As taxas de juros na ocasião eram bastante atrativas, da ordem de 5 a 6% ao ano.

A economia brasileira crescia a 9% e 10% ao ano, sendo que as exportações apresentavam percentuais de expansão de 20% ao ano. O endividamento parecia então um grande negócio, pois com esses dólares o Brasil não precisava exportar primeiro para fazer caixa e financiar seu crescimento, mas sim antecipar suas importações, necessárias para acelerar o processo de desenvolvimento e até elevar as próprias exportações no futuro.

Esse era o raciocínio oficial, até que em 1973 os países árabes, que anos antes haviam formado a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), decidiram — enquanto o Egito tentava reconquistar no deserto do Sinai uma parte das terras perdidas para Israel na guerra dos seis dias, em 1967 — promover um boicote internacional às nações que diretamente ou indiretamente estivessem dando apoio os israelenses.

Os preços do petróleo, que durante décadas permaneceram na faixa de um dólar e meio e depois de muitas tentativas da OPEP haviam subido apenas para menos de US\$ 3 o barril, saltaram para mais de US\$ 10.

O Brasil, em 1973, era um País totalmente dependente do petróleo importado. A produção nacional, concentrada na Bahia, mal dava para cobrir 12% das necessidades nacionais. O petróleo importado era responsável por mais da metade de todas as fontes de energia usadas no Brasil.

Este "primeiro choque do petróleo" provocou um grande desequilíbrio nas contas externas do Brasil. Até 1973, o País vinha apresentando um pequeno déficit, facilmente coberto pelos empréstimos que entravam em dólares e que nem sempre eram usados, permanecendo nas reservas cambiais. Extremamente dependente do petróleo importado, o Brasil teve que manter as suas importações, e o resultado foi um

enorme déficit na balança comercial, de mais de US\$ 4 bilhões, o que era muito dinheiro para uma economia como a do Brasil, na época.

Já nos anos seguintes, o Brasil teve de fazer investimentos para aumentar a produção nacional de petróleo, perfurando poços em locais onde se presumia existir óleo, como na Bacia de Campos (Estado do Rio), no Rio Grande do Norte, em Sergipe e em Alagoas. Foi lançado também o Plano Nacional do Alcool, para substituir a gasolina consumida pelos automóveis. Acelerou-se o programa de construção de hidrelétricas. Além do petróleo, o Brasil começou a executar diversos planos para fabricação interna de outros produtos importados, especialmente máquinas (bens de capital), matérias-primas e insumos básicos.

O esforço tinha de ser enorme, pois o Brasil ainda importava de tudo, de petróleo a aço, passando por caldeiras, tornos, motores, prensas etc.

Para piorar a situação do desequilíbrio da balança comercial, a alta dos preços do petróleo provocou uma imediata transferência de recursos para os países produtores que, sem experiência de como aplicar esse dinheiro, ou o colocavam em investimentos especulativos — tipo ouro — ou o entesouravam por um bom tempo.

De um lado, países importadores de petróleo, como o Brasil, precisavam de mais financiamentos em dólares para cobrir seu déficit na balança comercial, já que o que havia em caixa (reservas cambiais) era insuficiente. Do outro, os bancos não tinham recursos para emprestar, pois os árabes, os novos donos do dinheiro, só queriam aplicar a curto prazo.

Nesta confusão, as taxas de juros internacionais subiram dos 5 a 6% ao ano para algo em torno de 14% ao ano. O Brasil teve então que pedir empréstimos também para pagar a conta dos juros. A dívida externa brasileira, que era de pouco mais de US\$ 12 bilhões em 1973, chegou a

US\$ 50 bilhões em 1979, no final do Governo Geisel.

Naquele ano, parecia que tudo ia melhorar, porque a balança comercial começava a se reequilibrar. Exportava-se bem mais e os programas de substituição de importações davam os primeiros resultados. Sob o argumento de que a inflação estava muito alta no mundo, correndo os preços em dólares do petróleo, os países da OPEP conseguiram promover um novo aumento, subindo o preço do barril de pouco mais de US\$ 14 para quase US\$ 25.

Novamente a balança comercial brasileira, ainda muito frágil, desequilibrava-se. E quanto mais os juros aumentavam, chegando à casa dos 20% em 1982. A alta dos juros, por sua vez, provocava inflação no mundo e os produtores de petróleo foram ajustando seus preços até chegarem a US\$ 32 o barril.

O ponto final desta corrida aconteceu em 1982 quando vários países começaram a se declarar insolventes, sendo os primeiros a Polônia e o México. O Brasil, também sem crédito, teve que renegociar a sua dívida externa, conter ao máximo as importações e exportar o que podia, sendo obrigado, para isso, a promover duas grandes maxidesvalorizações do cruzeiro frente ao dólar.

O Brasil foi com muita sede ao pote na fase de 1967 a 1973, montando uma infra-estrutura econômica frágil, incapaz de suportar qualquer crise mundial. A Opep pressionava cada dia mais e todos sabiam que o Oriente Médio era um barril de pólvora: no dia que os árabes se unissem, as coisas poderiam ficar pretas, como realmente ficaram. Para uma nação que dependia em 87% do petróleo importado e, além disso, pobre, o resultado só poderia ser o caos.

■ Na primeira parte dessa história da dívida externa, publicada na edição de domingo passado, por erro não saiu que no final de seu mandato o Presidente Campos Salles era chamado pelos opositores de Campos "Seios", por causa dos impostos que criou, especialmente o dos Correios.